

**PORTARIA Nº 758/2022**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500052-54.2022.8.06.0140;

RESOLVE:

Art. 1º – **Exonerar** GABRIEL MENDES SANTIAGO DE BRITO, matrícula 24448, do cargo em comissão de Supervisor – Unidade de Entrância Inicial, símbolo DAJ-5, com lotação na Vara Única da Comarca de Paracuru, e **nomeá-lo** para o cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete da Desembargadora Andrea Mendes Bezerra Delfino.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 11 de abril de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

Assessoria de Precatórios**DESPACHO DE RELATORES**

0000600-13.2022.8.06.0000 - Pedido de Providências. Credor: F. A. D.. Advogado: Mario Cleto Lima Marques (OAB: 5434/CE). Advogado: Jose Humberto Torres (OAB: 9002/CE). Advogado: Raimundo Sandoval Mesquita (OAB: 5884/CE). Devedor: M. de M.. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Mulungu. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Fica, ainda, o ente devedor intimado, em 10 (dez) dias, sobre os cálculos de pag(s). 15/20, nos termos do §1º do art. 20 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Fortaleza, 7 de abril de 2022. Chrystianne dos Santos Sobral Diretora da Assessoria de Precatórios - Portaria de delegação nº 185/2021.

0000617-49.2022.8.06.0000 - Pedido de Providências. Credor: Gerardo Marques de Souza Filho. Advogado: Gerardo Marques de Souza Filho (OAB: 3819/CE). Devedor: Município de Aquiraz. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Aquiraz. Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Fica, ainda, o ente devedor intimado, em 10 (dez) dias, sobre os cálculos de pag(s). 29/30, nos termos do §1º do art. 20 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Fortaleza, 7 de abril de 2022. Chrystianne dos Santos Sobral Diretora da Assessoria de Precatórios - Portaria de delegação nº 185/2021.

Total de feitos: 2

Assessoria de Precatórios**DESPACHO DE RELATORES**

0000413-10.2019.8.06.0000 - Precatório. Credor: A. J. de S.. Advogado: Evandro Ferreira Monte (OAB: 9734/CE). Advogado: Alexandre Fernandes Alves (OAB: 9702/CE). Devedor: E. do C.. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Despacho: - DESPACHO Reporto-me à petição de página 194. Comunicada a baixa da dívida ativa pelo ente devedor (páginas 195/196), consoante determinação contida na decisão de páginas 166/167, dê-se ciência ao credor indicado na epígrafe. Intime-se. Expedientes necessário. Fortaleza, 29 de março de 2022. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação n.º 186/2021.

Total de feitos: 1

EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Ouvidora-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e institucionais, torna pública a realização de **Audiência Pública no dia 29 de abril de 2022**, de 10h às 12h, **de forma híbrida – presencial e por videoconferência**, para recepção das manifestações da sociedade a respeito dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Art. 1º. A Audiência Pública contempla a **6ª Zona Judiciária (sede Itapipoca)**, integrada pelas Comarcas de Itapipoca, Amontada, Apuiarés, Miraima, Iruçuba, Tejuçuoca, General Sampaio, Pentecoste, Umirim, Itapajé, São Luis do Curu, Uruburetama e Tururu, e será presidida pela Ouvidora Geral, Desª Tereze Neumann Duarte Chaves.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. Prestar esclarecimentos à população e colher as manifestações dos interessados sobre a prestação dos serviços judiciários.

Art. 3º. Identificar as demandas sociais sobre a atuação das comarcas integrantes da 13ª Zona Judiciária, visando a implementar soluções para as postulações apresentadas, e a assegurar o direito constitucional do cidadão de acesso à justiça.